

## **VIDA E MORTE: UM PAR DIALÉTICO**

### **ENTREVISTA COM MIRKO DRAZEN GRMEK<sup>1</sup>♦**

- *Professor Grmek, o senhor interessou-se pela morte não apenas como biólogo e médico, mas também como historiador. Quais os motivos deste interesse?*

- Como médico e biólogo, interessei-me pelo fenômeno da morte. Como historiador, interessei-me porque a morte é um conceito e não uma realidade imediata. Insisto desde o início neste ponto: a idéia, o conceito da morte muda historicamente. Há nisso, obviamente, também algo de imutável. A realidade imutável é o fato de que uma estrutura, com as características peculiares que consideramos próprias do ser vivo, as características biológicas do “vivo”, em certo momento deixa de ser viva, morre. A morte é a passagem do organismo ao cadáver. Esta é a realidade, mas a isso se chega mediante condições que variam historicamente. Tal passagem pode ser interpretada de várias maneiras, como um acontecimento, como um processo, e tais interpretações constituem o conceito da morte. Como biólogo interessei-me pelo processo mesmo, como historiador, pelas mudanças e pelas implicações filosóficas destas mudanças.

Portanto, a morte pode ser considerada tanto como acontecimento quanto como processo. Se definirmos a vida como presença da alma no corpo, conforme antigas civilizações o fizeram, a morte é compreendida e é definida facilmente como o momento no qual a alma se separa do corpo. É um acontecimento que se pode datar de forma

---

<sup>1</sup> Tradução portuguesa por Selvino José Assmann, Doutor em Filosofia pela Università Lateranense, PUL, Itália, Professor do Departamento de Filosofia e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, CFH/UFSC, Florianópolis, Outubro 2004.

♦ GRMEK, Mirko Drazen. Vita e morte: una coppia dialettica. Disponível em: <http://www.caffeeuropa.it/attualita/75filosofia-Grmek.html> Acessado em 20.09.2004. Entrevista publicada pela Enciclopedia Multimediale delle Scienze Filosofiche, promovida pela RAI (Rádio e Televisão Italiana) em colaboração com o Instituto Italiano para os Estudos Filosóficos, com o patrocínio da UNESCO, da Presidência da República Italiana e da Secretaria Geral do Conselho da Europa [www.emsf.rai.it](http://www.emsf.rai.it) Mirko Drazen Grmek (1924-2000), nascido na Croácia e desde 1971 na França, foi autor de muitos artigos científicos, presidente da Academia Internacional de História da Ciência, considerado por alguns como “médico do século”. Gravemente enfermo, pediu que se interrompesse a aplicação de remédios.

precisa. Há um instante no qual a alma expira, exala o último suspiro: muitas vezes a alma, como veremos, é vinculada à respiração. Assim a alma “parte”. Quando se descobriu que a morte de um organismo complexo pode ser parcial porque uma parte das células que compõem o organismo multicelular morre sem que morra o todo, apareceram os problemas da hierarquia da morte, da morte em vários planos, mas também das passagens de um plano a outro. Se definirmos a morte como o fim da integração das diferentes partes que compõem o organismo vivo, não se pode de fato falar de “acontecimento”. Trata-se neste caso de um processo. Por motivos práticos, jurídicos, sociais, isso é, porém, inadmissível. Uma pessoa deve juridicamente morrer em determinado instante.

Estas novas definições – digo “novas” pois de fato até determinado tempo a morte era definida sempre e só como acontecimento único – permitem pensar como possível a retirada de um órgão vivo de uma pessoa morta e a transferência do mesmo a uma pessoa viva, na qual, por sua vez, este órgão está morto. Se, por exemplo, uma pessoa é considerada clinicamente morta, mas com um rim ainda funcionando, tal rim vivo pode ser transplantado para uma pessoa que é viva como “pessoa”, mas na qual um rim está morto. Trata-se de conceitos novos, antes impensáveis, não só fruto das pesquisas biológicas do séc. XIX, época na qual se revelou ser possível a “morte parcial”, mas sobretudo dos últimos fatos da medicina. Em 1958-59, os neurologistas franceses acharam-se diante de casos de pessoas que estavam ainda vivas segundo os velhos critérios, mas que tinham características tais que não se poderia de fato falar de vida humana em sentido pleno.

De que modo se decidia no passado se uma pessoa estava morta, quais os critérios para avaliar a morte? O critério da morte mais antigo era a respiração, ou seja, a ausência da respiração era o sinal da morte; depois surgem como critério as batidas do coração (com a invenção de um aparelho como o estetoscópio no séc. XIX, considerava-se “viva” uma pessoa enquanto lhe batia o coração). Com a introdução de aparelhos que ajudam a respiração, pode-se chegar a uma situação especial em que o corpo respira, o coração bate, o sangue circula, mesmo que pensemos que já não haja nem consciência nem pensamento, ou seja, nenhuma reação do sistema nervoso central: o cérebro está destruído. Assim, se pudermos considerar que uma pessoa como pessoa seja viva mesmo que um órgão seu esteja morto, então obviamente consideraremos viva uma

pessoa cuja perna, por exemplo, tenha sido cortada. Mas é muito difícil imaginar e considerar viva uma pessoa cujo cérebro esteja destruído. Mas temos casos deste tipo. O professor Molarek apresentou certa vez um paciente que, ligado a aparelhos que ajudavam na sua sobrevivência, do ponto de vista vegetativo era vivo; todas as suas funções continuavam eficientes, mas o seu cérebro estava destruído. |O professor tinha dito que se tratava de um caso de coma depressivo, “coma irreversível”, mas não se ousava afirmar que a pessoa estivesse morta, e não se dizia isso, pois ainda existiam funções vitais. Hoje, nestes casos, fala-se de “morte cerebral”, tomada como critério para estabelecer a morte, e isso acontece por motivos essencialmente práticos.

*- Podemos falar então de alguns casos, mesmo clamorosos, que nos últimos anos tenham a ver com a dificuldade de definir a morte e em especial a morte cerebral?*

- Certamente, mas antes gostaria de chamar a atenção para a importância dos transplantes e, sobretudo para o clamoroso sucesso do transplante do coração. Sabe-se que no passado o coração era, para muitos filósofos e biólogos, a sede da alma e do pensamento. Deste modo, a idéia do transplante do coração era impressionante, mesmo que seja muito mais difícil, também teoricamente, o transplante do fígado ou do cérebro, o que por enquanto é inimaginável. Chocante era também pensar que o transplante se realizasse tirando o coração de uma pessoa viva, mesmo que estivesse em coma irreversível. Portanto, era necessário, psicologicamente, falar da retirada de um órgão vital, essencial para a sobrevivência, de um cadáver. Por este motivo, passou-se da definição de “coma irreversível” para o de “morte cerebral”. E não é por acaso que só depois dos sucessos de Barnard, depois das experiências dos primeiros transplantes, tanto a Organização Mundial da Saúde, quanto a Organização Mundial dos Médicos, a Harvard Medical School e outras instituições, dessem uma nova definição da morte.

Voltemos aos casos mais recentes. O caso de Poitiers (França) é muito interessante. Tais casos mostram muito bem os problemas, as implicações práticas, a importância bioética e também filosófica das definições, das práticas ligadas à conceitualização da morte. Dois destes casos mostram como as definições nunca são inocentes. Em Poitiers, durante um processo, o problema era este: em que estado se encontra uma pessoa exposta à intoxicação com óxido de azoto, de que modo ela morre? Não se conhecia a resposta.

Não se achava nos manuais de medicina. Um médico fez então um experimento: tomou uma pessoa declarada em “coma irreversível” e mostrou como a morte intervém nesta determinada circunstância. Para dar um peso definitivo e demonstrativo a este experimento, o médico devia considerar que tal pessoa não estava morta no início do próprio experimento, enquanto se encontrasse no estado de coma irreversível. Podia também dizer-se que tal pessoa já estava morta, mas isso, claramente, equivaleria a declarar inconsistente a demonstração.

A reação foi imediata e violenta tanto por parte da opinião pública, quanto por parte dos organismos oficiais, pois se tratava de um experimento efetuado sobre pessoa viva, o que não era admitido. O médico poderia ter simplesmente declarado morto oficialmente tal paciente para que nada se pudesse contestar. Outro caso ocorreu em Pavia (Itália). Tratava-se de pessoa teórica e praticamente morta. Mas estando grávida de um feto ainda vivo, que foi extraído através de incisão cesariana, não se ousava falar de morte. Todos os jornais falavam de coma, mesmo que a pessoa estivesse morta. O fato, muito grave, explica-se com outro fato, o de que não se aceita afirmar que uma criança nasceu de uma mãe morta. Por este motivo é que, embora a definição tenha sido dada de modo claro só recentemente, se usa o termo “coma”. Vemos, portanto, que as palavras não são inócuas e como são importantes os seus significados.

*- Qual é atualmente, do ponto de vista médico, o critério para definir a morte de um indivíduo?*

- Do ponto de vista legal, em quase todos os países, a definição de “morte” hoje é muito simples: “morta” está uma pessoa que é declarada tal por um-dois-três médicos. Portanto, o Estado e a maior parte da jurisprudência e das leis, por medo de serem superados pelos acontecimentos, não definem mais a morte. Desta maneira, o peso da responsabilidade recai sobre os médicos. A morte é definida geralmente como morte cerebral. O critério médico fundamental para estabelecer a morte de um indivíduo é, pois, a falta de atividade elétrica no cérebro, o que na prática quer dizer eletroencefalograma plano. O importante, porém, não é dizer que uma pessoa se encontra em estado de perda de consciência, mas que tal perda de consciência é irreversível. Importa assegurar que já não há esperança alguma de que a pessoa volte a viver. Em certo sentido, não existe na

prática uma certificação da morte, a não ser que se corte a cabeça ou venha a ser destruído, por causa de um trauma terrível, o cérebro. Normalmente se trata de um prognóstico de morte, de uma predição da impossibilidade de retorno à vida, à atividade cerebral. Mesmo no caso de haver um eletroencefalograma plano, é necessário haver a certificação de que a pessoa não tenha tomado barbitúricos ou que não tenham sido registradas outras condições determinadas. Este diagnóstico precoce é importante pois obviamente a certeza absoluta se pode obter só após alguns dias, quando começam os processos de putrefação. Em tal circunstância o diagnóstico é totalmente seguro.

O problema põe-se hoje porque temos necessidade de fazer o diagnóstico de morte também quando não se chegou à última parte deste processo. Se considerarmos a morte como processo, então só quando a última célula do organismo estiver morta, o cadáver será realmente completo. Nós, contudo, queremos determinar o momento do fim quando a destruição alcançou tal ponto que não tem volta. A grande surpresa do diagnóstico de morte cerebral é a descoberta de que não é a cessação da atividade mais elevada da personalidade, ou seja, do córtex cerebral, que torna irreversível o processo de morte. Foram registrados casos de volta à vida depois da cessação da atividade do córtex cerebral. A irreversibilidade é determinada, sim, em um ponto crítico de uma parte inferior, numa espécie de nó de comunicação no cérebro; certamente, está envolvido sempre o sistema nervoso central, mas não em seu nível mais elevado. Só quando esta parte está lesada, então, segundo a experiência atual, já não há esperança de volta; a destruição, a cessação de atividade desta parte do cérebro, é hoje considerada, de um ponto de vista médico, o critério de certificação e definição de "morte".

*- Quais foram as mudanças na morte com relação ao desenvolvimento demográfico e quais as conseqüências que houve na conceitualização da morte e também na atitude dos indivíduos e das sociedades diante da morte?*

- Há um antigo ditado: nada mais certo que a morte, nada mais incerto que a hora da morte. A mudança consiste exatamente no fato de que este antigo ditado não vale mais do ponto de vista demográfico. Tempos atrás uma pessoa corria seriamente o risco de morrer durante os primeiros anos de vida; a maioria das crianças morria antes de chegar ao quinto ano de vida. Passado o quinto ano, podia-se chegar a uma idade avançada,

sem saber quando se morreria. Hoje já não é assim. A grande maioria das pessoas tem quase certeza de viver até 70-80 anos. Antes, este “muro” se situava no início da vida; ultrapassado o muro, mesmo que se morresse cedo, a trinta anos, nada havia de escandaloso. Hoje, pelo contrário, se uma pessoa morrer aos 35-40 anos, por exemplo, uma mulher após o parto, é algo escandaloso: tal morte é reconhecida como um escândalo. Isso é algo completamente novo e agora nós, em vez de termos uma morte incerta, temos uma morte mais ou menos certa em idade avançada. Além disso, criamos instituições particulares através das quais tal morte certa acaba subtraída aos nossos olhos. Diz-se que passamos da “pornografia do sexo” para a “pornografia da morte”.

A morte é uma realidade da qual não devemos falar, enquanto no passado ela era histórica e socialmente “domesticada”. As pessoas conviviam com a morte. Quase ninguém chegava aos trinta anos sem que tivesse tido uma experiência direta da morte, sem que tivesse visto morrer pessoas em volta de si, sem ter disso participado. O pai de família morria no seu leito tendo em volta os familiares. Mesmo os cemitérios eram próximos, encontravam-se perto das igrejas. Agora tudo é diferente. As pessoas morrem em hospital; há profissionais que se ocupam disso. A morte tornou-se algo que o ser humano quer esquecer. Quando chega uma doença como a AIDS que mata os jovens, a morte é um escândalo, algo incrível, a gente se pergunta como isso é possível.

*- Nas ciências biológicas, especialmente na microbiologia, ressalta-se com frequência que uma linha celular é praticamente eterna. Ela não morre porque a informação contida numa célula pode reproduzir-se ao infinito. Pode isso significar que existe a vida sem a morte?*

- Vida e morte são um par dialético: a morte é a negação da vida; não existe a morte se não houver a vida, e também as definições filosóficas costumam tomar conjuntamente os dois termos, como acontece na mais famosa definição de Bichat: “A vida é o conjunto das forças que se opõem à morte”. Mas a definição da vida como processo, acontecimento, ou outras definições mais modernas em termos de “cristal”, de “estrutura”, pressupõem duas maneiras diferentes de conceber a morte. Se a vida é um cristal, a-periódico, conforme se diz, então a morte é a destruição e a anulação de uma estrutura, a ruptura de algo. Se, por sua vez, a vida é um processo, um conjunto de reações químico-físicas, então a morte é a cessação de funções peculiares. Tal definição é a mais comum, e

neste caso se compreende muito bem o par vida-morte. Mas o que fazer se as funções vitais cessam e depois retornam? Temos aqui um terceiro estado, estado de fronteira, de “não vida – não morte”. As estruturas podem ser conservadas, mas não há atividade alguma vital, e apesar disso a vida pode voltar. A biologia, as pesquisas biológicas, após a segunda metade do séc. XIX, demonstraram a possibilidade de se congelarem tais processos; não podemos falar mais da vida, mas da vida latente. É vida em potência, mas não é vida em ato, de qualquer modo não é morte. Nasce a existência deste terceiro estado que é algo completamente novo também no pensamento filosófico.

Contudo, nas ciências biológicas, em especial na microbiologia, salienta-se com freqüência que uma linha celular é praticamente eterna. Ela não morre porque a matéria, sobretudo a informação contida na célula pode reproduzir-se ao infinito. Por isso poder-se-ia dizer que existe a vida sem a morte, mas tudo, então, acabaria dependendo da definição de “indivíduo”. A morte existe sempre como parte da vida, do processo vital quando existe o indivíduo. Quando se define de maneira determinada, em um ponto o indivíduo deixa de existir definitivamente. Se a reprodução é feita com a divisão micróbica como ocorre em determinados protozoários, neste caso não há cadáver, mesmo que o indivíduo inicial já não exista, pois no momento da divisão há dois indivíduos diferentes. Até aqui as coisas não são tão simples como se pensava inicialmente quando se descobriu tal fenômeno da imortalidade potencial das nossas células ou dos seres unicelulares. Depois de certo número de divisões, aparece uma necessidade biológica de troca de material genético entre os diferentes indivíduos, e tal troca implica a morte dos dois indivíduos, o fim da sua existência individual. Portanto, também quando sobreviver, quando não houver cadáver, haverá, porém, a cessação do indivíduo. Do contrário, a morte não existiria.

Mesmo no homem há uma parte que é, em sentido biológico, imortal. Agora não falo filosoficamente, não penso na alma, mas na parte germinal: uma parte do organismo humano é conservada, preservada, e não funciona na sua vida de todo dia: a parte genética, as células sexuais, que não morrem, pois sobrevivem nos filhos; nossos filhos são uma continuidade de nós mesmos.

*- O senhor falou, a respeito dos micro-organismos, da importância da troca do material genético para garantir a continuidade das linhas celulares. Deste modo, a morte é de*

*certa forma associada ao processo de organização do ser vivo. Qual é o significado biológico da morte?*

- A morte é indispensável para que a vida possa manter-se. Indispensável porque as estruturas vivas devem estar de acordo com o ambiente, devem adaptar-se às mudanças do ambiente: se este mudar, a vida ou os seres vivos deverão mudar. Se a morte não existisse não seria possível adaptar-se; não só isso, mas também a evolução dos seres vivos resultaria impossível. Os seres existentes ocupariam todo o espaço vital. É necessário morrer para dar lugar à nova geração e tornar com isso possível que esta seja um pouco diferente da anterior. Há duas estratégias com as quais os seres vivos resistem às mudanças do ambiente e se desenvolvem. Estas duas estratégias, descobertas apenas pela biologia moderna, já haviam sido sentidas como tais, diríamos percebidas de modo intuitivo pelos filósofos e pelos literatos, pelos poetas de todos os tempos. Trata-se de *Eros* e *Thanatos*, sexo e morte: a morte, *Thanatos*, dá lugar à nova geração, e o amor, *Eros*, permite o desenvolvimento com o acasalamento de dois indivíduos diferentes, das informações trazidas pelos dois, consentindo, por um lado, a eliminação de erros que se acumularam, e por outro, a introdução de novas capacidades.

*- As mudanças observadas no conceito de "morte" parecem questionar o próprio estatuto ontológico da morte enquanto tal. Quais foram as mudanças que ocorreram a este respeito desde a filosofia antiga até à de nossos dias?*

- Recordemos antes de mais as mudanças do conceito em geral. Em primeiro lugar, há o par vida-morte, que não é tão simples, pois existe um terceiro estado. A mudança fundamental diz respeito à idéia de morte como acontecimento; esta acaba então sendo concebida como um processo, como algo que se desenvolve em diferentes fases; nesta perspectiva é pensável também uma hierarquia da morte. Mas tais mudanças não tocam em nada no conceito ontológico da morte. A definição ontológica é a seguinte: a morte é o desaparecimento total, a passagem para o nada. Se considerarmos que a parte mortal é apenas a parte física do organismo, do nosso Eu, o que nós somos não morre, pois morre apenas esta parte material, assim que há outra parte de nós que, pelo contrário, continua existindo. Neste caso, a morte é definida como passagem de um mundo para outro. O



problema ontológico consiste em não se poder imaginar a própria morte. Se pensarmos a nossa morte, e pensando existimos, então não podemos, ao mesmo tempo, ser e pensar de não ser. Já Lucrécio disse que não devemos ter medo da morte: não há motivo algum para ter medo dela pois quando nós existimos, a morte não existe, e quando existe a morte, nós é que não existimos. Ela, portanto, não tem importância alguma pois não nos diz respeito.

O problema do ponto de vista metafísico é, contudo, mais complexo e grave. Com o mesmo direito com que se declara que do nada não pode nascer algo, deve-se dizer também que nada pode voltar ao nada: tudo é transformação do existente. A morte, no sentido absoluto, seria por sua vez um retorno ao nada. O problema metafísico existe na medida em que se pensa que um ser vivo seja em si e por si uma entidade ontológica, que tenha uma existência absoluta, independente, que não se reduz às estruturas materiais que o compõem. Neste caso, o problema existe efetivamente; não se pode imaginar a morte da alma se, de fato, a alma é pensada como um ser em sentido ontológico. Eu me sinto próximo desta perspectiva, que tem a ver com as filosofias orientais. Se existir o desaparecimento no nada, então podemos admitir também que existe um nascimento do nada: nascemos e depois voltamos à mesma situação anterior ao nascimento. Se, pelo contrário, a parte espiritual dentro de nós não morrer, não vejo como é possível poder nascer. Neste caso, com o mesmo princípio penso que existimos como tais desde sempre e apenas passamos através de diferentes estádios. Há uma espécie de metamorfose do nosso Eu. Se, pelo contrário, pudermos nascer do nada, então também poderemos voltar ao nada.

Escreveram-se livros e livros e outros ainda serão escritos sobre este problema. Ele nos diz respeito de maneira profunda, emocional; a filosofia e a ciência sempre estarão interessados nisso. No entanto, gostaria de insistir no fato de que as recentes descobertas científicas mudam o conceito da morte, mas não atingem em nada o problema metafísico e ontológico.

*- O senhor declarou que, do ponto de vista biológico e médico, a morte não é considerada um acontecimento, mas um processo, enquanto do ponto de vista ontológico a morte é um acontecimento instantâneo. Como se poderá resolver eventualmente esta contradição?*

- Trata-se de uma contradição profunda e muito importante, que cria muitas dificuldades teóricas e práticas. Não há dúvida de que, de um ponto de vista ontológico, a morte é um acontecimento, uma passagem de estado do ser; a passagem da alma de um mundo para outro. Mas, por outro lado, nós, biologicamente, devemos ter em conta uma série de acontecimentos. Devemos distinguir pelo menos três etapas completamente diferentes: com a sua morte, algumas células criam para si dificuldades muito grandes para o funcionamento de certos sistemas (o sistema respiratório ou o sistema circulatório), que depois dificultam a atividade cerebral. Este é o início da morte celular. Depois disso, há uma perda dos mecanismos de regulação do organismo e se tem a morte clínica, ou seja, uma desintegração: a morte assim acontece como perda de integração de uma totalidade. Diderot declarava: “Como ser vivo reajo como um conjunto, e como morto reajo como moléculas”. Esta é pois a morte clínica. A “terceira” morte é, por sua vez, a morte de todas as partes do organismo, de todas as células. A morte em sentido filosófico está obviamente vinculada ao momento da morte clínica e a dificuldade reside no fato de não se poder, através das observações externas, determinar um ponto preciso no tempo em que tal acontecimento metafísico ocorre, no interior do processo biológico. É o momento em que se perde definitivamente a consciência: a consciência dos outros, porém, não é observável. Não apenas por motivos filosóficos, religiosos, éticos, mas também por necessidades jurídicas.

Conforme já declarei, a morte deve ser um acontecimento, e atualmente é o médico que transforma, com o seu diagnóstico, um processo em acontecimento. Podemos dar um exemplo: uma família, que viaja de carro, incorre num acidente; mais pessoas da mesma família morrem, mas não todas juntas; devido a lesões diferenciadas, morrem uma depois da outra, mesmo com pouca diferença de tempo. Os problemas de herança não podem ser resolvidos se não se decide exatamente quando e quem morreu na seqüência. Aqui se está no campo do diagnóstico médico, mas este diagnóstico de fato é um prognóstico, portanto uma definição arbitrária e, mesmo que não o fosse, certamente seria isenta de um critério absoluto. Do ponto de vista estritamente filosófico, a morte não pode ser imaginada pelo ser humano a não ser como acontecimento. Como acontecimento, ela é uma passagem de fronteira e tal fronteira é uma linha, não um espaço. Há talvez a possibilidade de um espaço de volta. Há experiências de pessoas que estavam

cl clinicamente mortas e que depois retomaram a consciência. Tais pessoas narram acontecimentos que têm algo em comum: estavam numa espécie de túnel, viram uma luz azul, etc.; poder-se-ia interpretar tudo isso como uma experiência do “outro mundo”. Claro que pode haver outra interpretação. Seria um fenômeno da consciência do momento, a saber, quando se dão certas condições particulares na ausência de oxigênio em determinadas partes do cérebro. Neste sentido, nada há de extraordinário no fato de haver a mesma observação, a mesma lembrança. Mas o ser humano não pode abandonar a esperança de sobreviver. Pode parecer estranho que esta seja a esperança do homem ocidental. Depois dos tempos arcaicos, depois das mais antigas filosofias ocidentais, o homem espera e acredita na própria sobrevivência. Mas já não se encontra o belo exemplo das tumbas etruscas ou das egípcias, que testemunham que o ser humano estava de tal maneira convencido da sobrevivência que levava consigo até mesmo objetos terrenos: a atitude dele é irracional, pois se houver um outro mundo, certamente não será possível transportar os objetos. Mas tal esperança não pode ser abandonada e o pensamento filosófico volta sempre a refletir sobre determinados temas. Mesmo assim deve-se dizer que se trata de uma característica dos ocidentais pensar que a aniquilação (*annientamento*) do ser constitua a punição máxima, pior do que o inferno. No pensamento oriental, desaparecer no nada, identificar-se com o cosmos, com o conjunto do mundo, é, pelo contrário, o objetivo máximo.